

CURRÍCULO E REFORMAS EDUCACIONAIS EM SANTA CATARINA: saberes elementares matemáticos (1900 - 1927)

Yohana Taise Hoffmann¹
David Antonio da Costa²

RESUMO

O artigo objetiva compreender a constituição dos saberes elementares matemáticos nas reformas educacionais em Santa Catarina entre os anos 1900 a 1927, priorizando algumas teses defendidas na *1a. Conferência Estadual de Ensino Primario (1927)*. Está estruturado em três partes: primeiramente apresentam-se o quadro teórico que fundamenta a pesquisa sobre aspectos da História (PESAVENTO, 2012; CERTEAU, 2013), História da Educação Matemática (VALENTE, 2007, 2010, 2013) e Análise Documental (CELLARD, 2012; SAMARA; TUPY, 2010). Em seguida, são feitas considerações de *Currículo* compreendido não como uma prescrição, mas uma construção social, de forma que os estudos sobre a história do currículo oferecem pistas para analisar questões complexas entre as relações escola-sociedade (SACRISTÁN, 2000; POPKEWITZ, 1994, 1997; GOODSON, 1995 e VIÑAO, 2007). Na terceira parte aborda-se o contexto educacional desde a implantação dos Grupos Escolares em Santa Catarina até o evento da Primeira Conferência Estadual de Ensino Primário em 1927, tomando-se em conta as permanências e rupturas dos saberes elementares matemáticos no decorrer deste período. Os principais documentos mobilizados foram obtidos por meio do *Ementário da Legislação de Ensino do Estado de Santa Catarina 1835-1979*; e dos *Annaes da 1a. Conferência Estadual de Ensino Primario (1927)*. As análises indicam algumas permanências verificadas relativas aos Mappas de Parker e a presença do método intuitivo.

Palavras-chave: História da Educação Matemática. Reformas Curriculares. Santa Catarina.

PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA: História da Educação Matemática

As pesquisas em História da Educação Matemática contribuem para a formação do professor, quando são desnaturalizadas concepções a respeito de práticas pedagógicas que estavam enraizadas, desconstruindo as representações do passado e realizando novas baseadas em críticas a documentos e fontes que foram organizados em outras épocas.

¹ **Mestranda** da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Campus Universitário Trindade.
E-mail: yohana.thc@gmail.com

² **Docente** da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Campus Universitário Trindade.
E-mail: david.costa@ufsc.br

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

2

Assim podemos justificar a importância do estudo da história da educação matemática na formação de professores:

[...] um professor de matemática que mantenha uma relação a-histórica com os seus antepassados profissionais possa, com a apropriação dessa história, se relacionar de modo menos fantasioso e mais científico com esse passado. Isso tende a alterar as suas práticas cotidianas, que passam a ser realizadas de modo mais consistente.

(VALENTE, 2013, p.28)

Sendo assim, o ofício do pesquisador da história da educação matemática é de produção da história, como uma representação sobre o passado.

Em história tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Essa nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de copiar, transcrever ou fotografar esses objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Esse gesto consiste em isolar um corpo como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para construí-las como peças que preenchem lacunas de um conjunto proposto a priori.

(CERTEAU, 2013, p. 69)

Utilizamos também as contribuições de Valente (2007, 2010, 2013) a respeito da História da Educação Matemática. A História da Educação Matemática está atrelada a História da Educação, assim como a própria construção do conhecimento matemático está relacionado aos momentos históricos da sociedade que se revela em seus desenvolvimentos e avanços ao fazer uso de diferentes ferramentas para sua própria subsistência.

Do ponto de vista da Sociologia podemos dizer que as primeiras manifestações matemáticas se destinaram a ajudar a formatar as atividades econômicas e sociais dos primeiros núcleos urbanos (...) então a história da matemática, no seu princípio, esteve ligada a própria história social. (...). Segundo D'Ambrosio (1997, 2000) o desenvolvimento da Matemática está intimamente relacionado à própria história da humanidade. Isso nos faz perceber que nesse período da história da civilização humana não é possível separar a produção do conhecimento matemático das condições sociais, culturais, políticas, econômicas e religiosas em que foi gerado.

(SILVA; MENDES, 2013, p. 35)

Segundo Struik (1998), são em momentos de transição social, ou em contato com outros povos e culturas, que o fator sociológico auxilia na compreensão das mudanças no conhecimento matemático (STRUIK, 1998, p.24). Nosso interesse de pesquisa se dá num

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

3

momento de mudanças sociais, por volta do final do século XIX, associado com os problemas da modernização que iniciaram na Europa.

Procura-se compreender alguns elementos da constituição dos saberes elementares matemáticos no processo de construção da Instrução Pública, em particular nas reformas educacionais em Santa Catarina entre os anos 1900 a 1927. Em outras palavras, procura-se saber os objetivos e finalidades das reformas educacionais e compreender as permanências e rupturas quanto aos saberes elementares matemáticos, contextualizando histórico e socialmente a educação da época, desde a implantação dos Grupos Escolares em Santa Catarina em 1911 até a Primeira Conferência Estadual do Ensino Primário em 1927.

De fato, segundo Schubring (1999), as reformas curriculares em 1900 estavam atrasadas:

[...] a matemática costumava servir como um paradigma para o pensamento lógico, de modo que os conteúdos eram usualmente bastante elementares e os métodos de ensino enfatizavam os aspectos formais; a matemática escolar tinha um caráter estático e desligado das aplicações práticas. Por outro lado, a indústria e o comércio demandavam não apenas uma instrução matemática mais ampla, mas também conhecimentos mais modernos e avançados que servissem de base para aplicações técnicas.

(SCHUBRING, 1999, p. 30)

Para responder a questão de pesquisa, utilizaremos a metodologia da pesquisa baseada na perspectiva histórico cultural nos apoiando na Análise Documental. Segundo Luca (2012) os *documentos históricos* são vestígios do passado que se transformam em *fontes históricas* pela mobilização realizada pelo historiador no decorrer da pesquisa.

Nesta perspectiva teórica, sabe-se que não é possível produzir uma história total, por suas limitações em relação ao acesso aos documentos e ainda dos desafios a serem enfrentados da interpretação dos mesmos. O ofício do historiador é produzir uma história para compreender o passado, através das representações, do imaginário, da narrativa, buscando o rigor metodológico na análise documental, “[...] Ir além daquilo que é dito, ver além daquilo que é mostrado é a regra de ação desse *historiador detetive*.” (PESAVENTO, 2012, p. 64)

Montar, combinar, compor, cruzar, revelar o detalhe, dar relevância ao secundário, eis o segredo de um método do qual a História se vale, para atingir os sentidos partilhados pelos homens de um outro tempo.

(PESAVENTO, 2012, p. 65).

E o elemento essencial para o historiador são os textos e imagens que são suas fontes, sendo necessário ir de um texto ao outro, do texto para o extratexto, possibilitando a interpretação do historiador, sua erudição. O método fornece os meios de controle e verificação para o historiador, mostrando o caminho percorrido, desde a pergunta de pesquisa até a estratégia pela qual conseguiu produzir sentidos e revelações através das fontes, que ao final o historiador transforma em texto.

Consideramos as posições de Le Goff (1990) a respeito do tratamento das fontes, no qual os documentos não são inocentes e objetivos, eles exprimem o poder da sociedade daquele período, e Chartier (1990) para considerar que esses documentos são representações dos acontecimentos vividos por aquele(s) sujeito(s). Contudo é importante a realização de algumas perguntas para o documento: Quando? Onde? Quem? Para quem? Para quê? Por quê? Como? Segundo Cellard (2012) a análise documental se aplica em cinco dimensões: contexto, o(s) autor(es), a autenticidade e a confiabilidade do texto, a natureza do texto, os conceitos-chaves e, a lógica interna do texto.

[...] encadeamento de ligações entre a problemática do pesquisador e as diversas observações extraídas de sua documentação, o que lhe possibilita formular explicações plausíveis, produzir uma interpretação coerente, e realizar uma reconstrução de um aspecto qualquer de uma dada sociedade, neste ou naquele momento.

(CELLARD, 2012, p.304)

O método da análise documental requer alguns elementos: primeiro o *emissor* (quem detém ou detinha a informação a ser transmitida, transformando a ideia original em mensagem); *mensagem* (precisa ser codificada para quem receba possa decodificá-la ou entender seu significado); os *códigos* utilizados pelo emissor são associados ao domínio dos sentidos, isto é, a identificação visual (a palavra ou o desenho), sonora (a música e a conversa), tátil (método Braile), olfativa e gustativa; o *meio* ou a *condição* física para a transmissão da mensagem: desenhos rupestres, documentos, jornais, revistas, televisão, cinema, por exemplo; identificação do *receptor*, a quem a transmissão da ideia original se destina, a ele cabe decodificar a mensagem. (SAMARA; TUPY, 2010).

Alguns riscos que o historiador deve cuidar é com o anacronismo: “Ao historiador, cabe realizar uma análise das informações obtidas sem atribuir a elas valores próprios de uma época ou de uma sociedade distintas.” (SAMARA; TUPY, 2010, p. 123).

Uma ferramenta importante para a análise documental é o acesso, mesmo a distância, às fontes originais digitalizadas, que facilita e auxilia o trabalho do pesquisador, segundo as autoras (SAMARA; TUPY, 2010). Na elaboração deste artigo, utilizamos o Repositório Institucional da UFSC (COSTA, 2015 e COSTA; VALENTE, 2015) como bancos de dados, para mobilização das fontes.

PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA: Currículo e Reforma

A perspectiva teórica-metodológica que utilizamos para tratar sobre currículo e reformas educacionais é baseada nos autores Gimeno Sacristán (2000), Popkewitz (1994, 1997), Goodson (1995) e Vinão (2007).

Segundo Gimeno Sacristán (2000) o termo currículo, vem da palavra latina *currere*, referindo-se a carreira, como um percurso. Na escolarização o currículo é o conteúdo e guia do progresso dos alunos. De acordo com o autor o currículo deve ser entendido como processo, que envolve uma multiplicidade de relações:

Imagem 1: Currículo como Processo



Autor: GIMENO SACRISTÁN (2000)

Fonte: O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise da prática? (p. 139)

Para compreender, elaborar e implementar de modo a transformar o ensino, é preciso refletir sobre algumas questões, por exemplo o que ensinar, ou quais valores, atitudes e conhecimentos? Por que ensinar o que se ensina, deixando de lado muitas outras coisas? Esses conhecimentos servem a quais interesses? Quem deve definir e controlar o que é êxito e o que é fracasso no ensino? Como saber se houve êxito ou não no ensino e quais consequências têm sobre o mesmo as formas de avaliação dominantes? (GIMENO SACRISTÁN, 2000)

Nesta perspectiva, compreender o currículo não como uma prescrição, mas como uma construção social, sendo que os estudos sobre a história do currículo oferecem pistas para analisar questões complexas entre as relações escola e sociedade, ou seja, a história do currículo procura explicar como as matérias escolares, métodos e cursos de estudos constituíram um mecanismo para ressaltar as diferenças entre os estudantes.

Goodson (1995), tem se preocupado em mostrar a história social do conhecimento escolar, sendo o currículo fruto de uma construção histórica. “[...] Uma história do currículo tem que ser uma história social do currículo, centrada numa epistemologia social do conhecimento escolar, preocupada com determinantes sociais e políticos do conhecimento educacionalmente organizado” (GOODSON, 1995, p. 10)

A história curricular pode assumir outro significado que trata de “explicar o papel que as profissões – como a educação – desempenham na construção social do conhecimento.” (GOODSON, 1995, p. 118). Podemos concluir que os estudos históricos revelam uma mudança constante das disciplinas, sendo um processo que parte de um estágio que primeiramente destaca o conteúdo para, em seguida, se constituir na forma acadêmica, e por fim busca prestígio e reconhecimento entre os pares e na sociedade, para então se constituir como disciplina. O currículo escolar é estudado a partir de uma visão crítica, tem o potencial de mobilizar uma forma de relação entre conhecimento e poder, na qual a educação é um caminho para a emancipação humana, o que se efetiva como controle social dialético.

O currículo, como um processo historicamente construído pela sociedade, expressa ideologias e relações de forças dominantes. “[...] O currículo sanciona socialmente o poder através da maneira pela qual (e as condições pelas quais) o conhecimento é selecionado, organizado e avaliado nas escolas.” (POPKEWITZ, 1994, p. 205)

Segundo Vinão (2007) a respeito das mudanças educacionais:

La mayor parte de los cambios indicados tuvieron lugar a lo largo de los siglos XIX y XX. Pueden señalarse precedentes o indicios de los mismos en el siglo XVIII, pero no se han producido o culminado hasta fechas posteriores, en muchos casos hasta fechas recientes. Tampoco han surgido sin más, de la noche a la mañana, sino a través de procesos de duración más o menos prolongada y en confluencia con otros cambios sociales y políticos, externos al mundo educativo, o internos al mismo.

Así pues la institución escolar, los sistemas educativos, cambian. En estos cambios se aprecian diferentes tipos de relaciones tanto con dichos aspectos externos como con los internos.

(VIÑAO, 2007, p. 5)

Sabendo que as mudanças educacionais resultam de um processo lento e gradual, que está relacionada tanto às questões internas quanto externas do ambiente escolar, pretende-se analisar as reformas educacionais dos saberes elementares matemáticos, em Santa Catarina, a partir da implantação dos Grupos Escolares, pois:

Los sistemas educativos, las instituciones docentes, están sometidos a cambios que guardan una estrecha relación con procesos y cambios sociales cuyos efectos o consecuencias sólo se aprecian a lo largo de períodos de tiempo dilatados, incluso superiores al siglo.

(VIÑAO, 2007, p. 5)

Segundo o dicionário de Língua Portuguesa a palavra *Reforma* significa: “[Dev. de reformar] s. f. 1.Ato ou efeito de reformar; reformação. 2.Mudança, modificação, reformação. 3.Forma nova”. (FERREIRA, 2004, p. 1720). No entanto Reforma tanto do Estado quanto da Educação são fenômenos político-culturais historicamente interrelacionados, embora a premissa de que “a palavra reforma abrange diferentes conceitos ao longo do tempo, dentro do contexto dos desenvolvimentos históricos e das relações sociais.” (POPKEWITZ, 1997, p. 22)

Sinteticamente, Popkewitz (1997) destaca o conjunto dos seguintes “padrões históricos estruturais” envolvidos na reforma educacional: 1. A escola está ligada ao papel do Estado na produção de progresso; 2. A reforma está associada ao conhecimento profissional; 3. A individualização da pessoa recebe uma forma institucional específica através das práticas da pedagogia.

Em termos das reformas educacionais contemporâneas, no entanto, estes elementos “[...] fazem parte de um novo campo social – não como uma história cronológica, mas como a história das transformações das relações institucionais, do conhecimento e do

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

8

poder [...]” (POPKEWITZ, 1997, p. 113). As características das reformas, independente se é do Estado, Educacional, Escolar, Profissional, está associada a mudanças visando à qualificação ou à qualidade e ao melhoramento dessas estruturas.

CURRÍCULO E REFORMA: saberes elementares matemáticos em Santa Catarina

No Brasil, com a transição do Regime Monárquico para o Republicano, os ideais da escola foram repensados, fazendo com que a escola fosse um lugar civilizatório, trazendo concepções européias para a educação.

O Estado de São Paulo, por meio do Decreto n. 27, de 12 de março de 1890, inaugura a marca republicana no âmbito das políticas públicas: os múltiplos aspectos do sistema de ensino – estrutura administrativa, organização curricular, legislação específica e minuciosa – são produzidos, impulsionados e controlados pela ação legislativa do Estado representado como governo. [...] O Distrito Federal e o Estado de São Paulo foram as primeiras unidades federativas a implantar as reformas que resultaram em um sistema público de ensino primário gratuito, sendo que tais iniciativas serviram posteriormente de modelos aos demais Estados. [...] As normas de organização das escolas primárias públicas do Estado de São Paulo foram aprovadas em 1892. A primeira reforma republicana da instrução pública realizada no estado de São Paulo pela Lei n. 88, de 08 de setembro de 1892 e Decreto n. 144-B, de 30 de dezembro de 1892, incorporou numerosas idéias da renovação do ensino em circulação, abarcando o ensino primário, secundário e normal.

(COSTA, 2010, p. 73-75)

No Estado de São Paulo em 1893 foi implantado um novo modelo no nível primário que pretendia se diferenciar do modelo decadente do Império: carente de edifícios, livros didáticos, mobiliário, de pessoal qualificado para o ensino, dos modernos métodos pedagógicos (BENCOSTTA, 2010). Apresenta um novo tipo de educação popular e universal, seriam os Grupos Escolares, estabelecido pela Lei n. 169, de 7 de agosto de 1893 e Decreto n. 248 de 26 de julho de 1894.

A escola unitária foi substituída pela escola de várias classes e professores, no qual os alunos eram separados em relação à idade e ao nível de conhecimento, o método de ensino tradicional cedeu lugar para o método intuitivo.

Não obstante, o ensino público paulista tornou-se um exemplo, uma referência para outros Estados. [...] Comissões de professores do ensino público de São Paulo foram convidados para participarem da

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

9

reorganização da instrução pública em vários Estados nas primeiras décadas desse século.

(SOUZA, 1998, p.60)

A criação dos Grupos Escolares, consideramos como um marco histórico, pois iniciamos as análises a partir de sua implantação no Estado de Santa Catarina, em 1911, pelo Reformador Orestes Guimarães. Contudo, segundo Romanelli (1986), todas as reformas que ocorreram na Primeira República buscaram representar as exigências educacionais de uma sociedade que ainda estava em processo de urbanização e industrialização.

[...] A permanência, portanto, da velha educação acadêmica e aristocrática e a pouca importância dada à educação popular fundamentava-se na estrutura e organização da sociedade. Foi somente quando essa estrutura começou a dar sinais de ruptura que a situação educacional principiou a tomar rumos diferentes. De um lado, no campo das idéias, as coisas começaram a mudar-se com movimentos culturais e pedagógicos em favor de reformas mais profundas; de outro, no campo das aspirações sociais, as mudanças vieram com o aumento da demanda escolar impulsionada pelo ritmo mais acelerado do processo e urbanização ocasionado pelo impulso dado à industrialização após a I Guerra e acentuado depois de 1930.

(ROMANELLI, 1986, p. 45)

Há alguns trabalhos que tratam da implantação dos Grupos Escolares em Santa Catarina, ou período denominado como Reforma Orestes Guimarães, que se preocupam com os saberes elementares matemáticos. Um dos trabalhos mais recente é a dissertação de Rosângela Kirst da Silveira, “*Orientações da Reforma Orestes Guimarães para a Matemática na Escola Normal Catharinense*” desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2013). O problema de pesquisa foi Como a Reforma Orestes Guimarães buscou reorientar a formação matemática do professor a partir da Escola Normal Catarinense?

Silveira (2013) realizou um levantamento sobre demais pesquisas relacionadas ao tema Escola Primária e Educação Matemática em Santa Catarina. Em suas considerações a respeito da Reforma Orestes Guimarães e dos saberes elementares matemáticos a autora conclui:

[...] a principal orientação da Reforma Orestes Guimarães com relação ao ensino da Matemática se deu através da implantação do método intuitivo

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

10

em todos os segmentos da vida escolar. [...] A manipulação de objetos didáticos por causa do método criou a necessidade de aulas práticas dadas como modelos e organizadas nos Grupos Escolares, que no discurso estariam aparelhados com os devidos materiais, apontando que as outras modalidades de escola não tinham este acesso. Para o ensino da Matemática foram comprados pelo estado de Santa Catarina, Mapas do Sistema Métrico, Mapas das Figuras geométricas, Quadros de Parker e caixa com Sólidos Geométricos, todos condizentes com a proposta de lições pelas coisas do método intuitivo. Devido à demanda da educação pelos sentidos, os Quadros de Parker tiveram lugar na reforma como principal material pedagógico para o ensino da Aritmética, ajudando a combater a cultura da memorização da tabuada. De forma gradual, partindo das noções mais gerais para as particulares, da manipulação de objetos para a abstração, este material foi indicado para uso nas salas de aula por um longo período.

(SILVEIRA, 2013, p.133)

De acordo com o *Ementário da Legislação de Ensino do Estado de Santa Catarina 1835-1979* (SANTA CATARINA, 1980), podemos observar o movimento de implantação do “currículo prescrito e regulamentado” através das Leis e Decretos tomados por decisões políticas e administrativas (GIMENO SACRISTÁN, 2000). No ano de 1907, governo de Gustavo Richard, o Decreto n. 348, de 7 de dezembro, expede o Regulamento da Reforma de Instrução Pública do Estado, prevista na Lei nº 423, de 11 de outubro de 1899, que deveria entrar em vigor a partir de 1 de fevereiro de 1908. No ano de 1908, o Decreto n. 373, de 25 de março, adota na forma do Regulamento Geral da Instrução Pública, o Regimento Interno para as escolas primárias. Em 1910, governo de Vidal José de Oliveira Ramos, é criada a Lei n. 846 em 11 de outubro, para reformar o ensino público. No ano seguinte o Decreto n. 585, de 19 de abril, reorganiza a Instrução Pública; o Decreto n. 587, de 22 de abril, aprova e manda observar o programa de ensino dos Grupos Escolares; e o Decreto n. 588, de 22 de abril, manda observar nos Grupos Escolares, o Regimento Interno. (SANTA CATARINA, 1980)

Em 1912, é autorizado o Poder Executivo a contratar professores fora do Estado, para dirigirem os Grupos Escolares criados através da Lei n. 942, de 30 de agosto. No ano seguinte a Lei n. 967, de 22 de agosto, autoriza o Poder Executivo a rever os regulamentos da Instrução Pública que está em vigor. (SANTA CATARINA, 1980)

Como podemos observar o Regimento Interno e os Programas de Ensino dos Grupos Escolares em Santa Catarina foram aprovados e adotados apenas no ano de 1914, pelos seguintes decretos: Decreto n. 794, de 2 de maio - aprova e manda observar o

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

11

Regulamento Instrução Pública; Decreto n. 795, de 2 de maio - aprova e adota o Regimento Interno dos Grupos Escolares; Decreto n. 796, de 2 de maio - aprova os programas de ensino para os Grupos Escolares e Escolas Isoladas. (SANTA CATARINA, 1980)

No governo de Felipe Schmidt, no ano de 1915, há uma pequena alteração nos regulamentos e regimentos dos Grupos Escolares na parte referente à matrícula, Decreto n. 855, de 5 de fevereiro. Nos anos seguintes há uma maior mobilização para o ensino superior no Estado. No ano de 1920, governo de Hercílio Pedro da Luz, o Decreto n. 1322, de 29 de janeiro - aprova os programas de ensino dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas. Em 1923, a Lei n. 1448, de 29 de agosto, autoriza o Poder Executivo a reorganizar o serviço da Instrução Pública. No ano seguinte o Decreto n. 1702, de 12 de janeiro - reorganiza o serviço de Instrução Pública, na conformidade da autorização contida na lei anterior. (SANTA CATARINA, 1980)

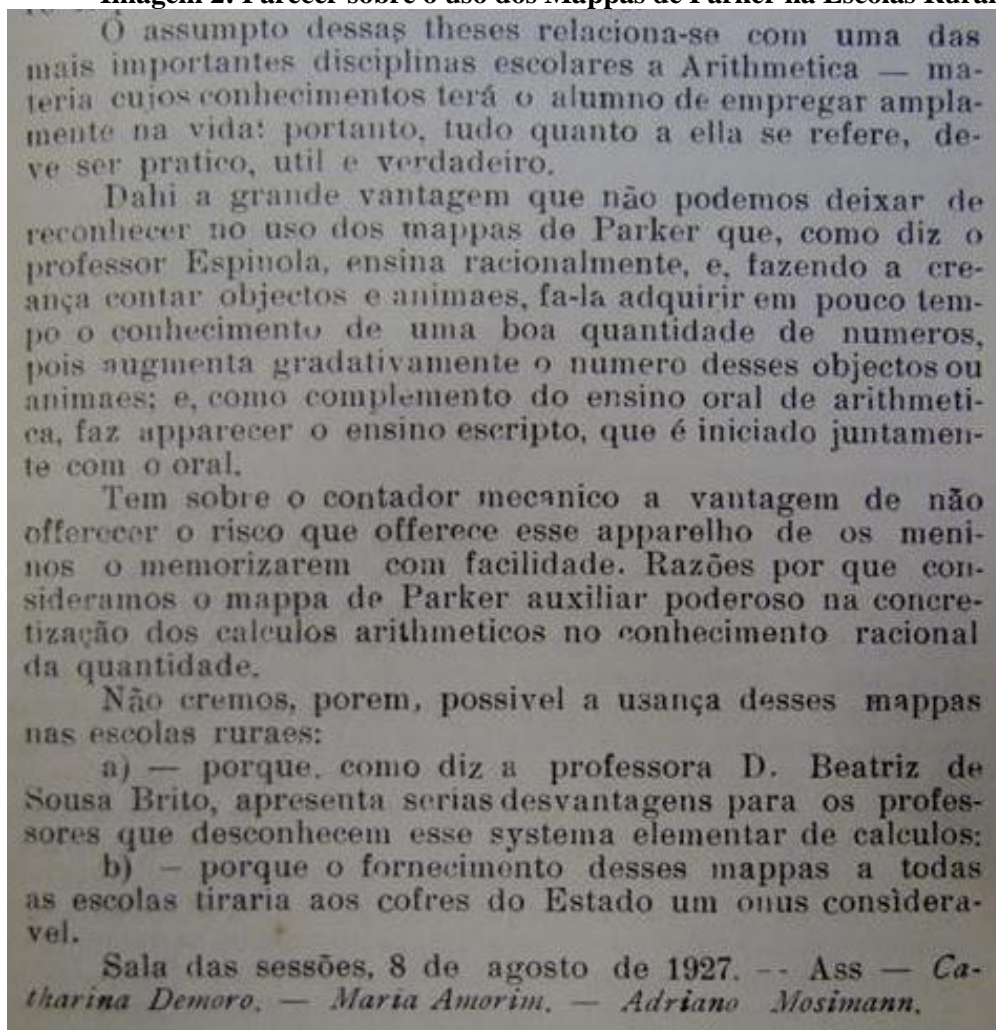
Em 1927, o governo de Adolfo Konder, converte Escolas Reunidas em Grupos Escolares de 2ª classe e dispõe sobre o funcionamento desses, através do Decreto n. 2017, de 19 de janeiro; e dispõe sobre promoções de alunos nos Grupos Escolares pelo Decreto n. 2061, de 26 de maio. No ano de 1928, o Decreto n. 2176, de 22 de junho, aprova várias instruções sobre a Instrução Pública, notadamente sobre a obrigatoriedade escolar; e o Decreto n. 2218, de 24 de outubro, aprova os programas de ensino da Escola Normal, Escolas Complementares, Grupos Escolares e Escolas Isoladas. (SANTA CATARINA, 1980)

Podemos concluir que a criação desses Decretos no ano de 1928, ocorreram após medidas que foram debatidas na *I Conferência Estadual de Ensino Primário em Santa Catarina*, que ocorreu em Florianópolis no ano de 1927, no qual as Conferências Estaduais do Ensino Primário tiveram influência da Primeira Conferência Nacional da Educação, mobilizada pela Associação Brasileira de Educação (ABE), realizada em Curitiba no mesmo ano.

Em relação aos saberes elementares matemáticos, o que foi debatido foram “*Quaes as vantagens do uso dos mappas de Parker no Ensino Inicial de Arithmetica Pratica? Será possível a usança desses mappas nas Escolas Rurales?*” corresponde a These Nº 21 da Professora Beatriz de Sousa Brito e a These Nº 49 do Professor Albano Monteiro Espinola.

O Parecer da segunda comissão permanente da Conferência de Ensino Primário de Santa Catarina em relação aos Mappas de Parker nas Escolas Rurais foi:

Imagem 2: Parecer sobre o uso dos Mappas de Parker na Escolas Rurais



Fonte: Annaes da 1a. Conferência Estadual de Ensino Primario (COSTA; CAMPOS, 1927, p. 519)

Em relação ao currículo que estava implementado, e as diferentes propostas pedagógicas a These Nº 30 “*A adopção de processos pedagógicos condizentes com o nosso meio, constituem um dos problemas mais actuaes. O papel do professor primário de Santa Catarina, na solução desse problema*” faz com que os reformistas educacionais repensem os processos pedagógicos importados, para serem adaptados ao nosso meio, à nossa realidade escolar. “Os processos pedagogicos importados do estrangeiro, devem ser adaptados ao nosso meio. [...] Precisamos, antes de tudo, crear uma pedagogia nossa” (COSTA; CAMPOS, 1927, p. 493).

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

13

Foram levantadas questões semelhantes ao que Gimeno Sacristán (2000) se preocupava, por exemplo: “c) – O programma prescripto é praticamente exequível? Quando não, porque? Quaes as alterações que propõe? [...] j) Como e em que ordem devem ser ensinadas as diversas partes da arithmetica?” (COSTA; CAMPOS, 1927, p. 499). Assim como a finalidade da escola primária que “não é, portanto, instruir o alumno e sim, dar-lhe a possibilidade de instruir-se na vida” (COSTA; CAMPOS, 1927, p. 494).

REFERÊNCIAS

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, M. BASTOS, M.H.C.. **História e memórias da educação no Brasil**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. vol III. p. 68-76.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 295-316. Tradução de: Ana Cristina Arantes Nasser.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2013, 45-111p.

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Trad. De Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Berthand do Brasil, 1990.

COSTA, Antonio Mancio da; CAMPOS, Cid. **Annaes da 1a. Conferência Estadual de Ensino Primario**, 1927, SC. Disponível em <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/101115> acesso em 03 de Dezembro de 2015

COSTA, David Antônio da. **A Aritmética Escolar no ensino primário brasileiro (1890-1946)**. Tese de Doutorado em Educação Matemática, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 2010.

COSTA, D.A. Repositório. In: VALENTE, W.R. (Org.). **Cadernos de Trabalho**. v.3, São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.

COSTA, D.A.; VALENTE, W.R. **História da Educação Matemática e o uso de um Repositório de conteúdo digital**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015 (Série história da matemática para o ensino; v.4)

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e memória** / Jacques Le Goff; Tradução Bernardo Leitão, et al. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios) Disponível:

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

14

<http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>

Acesso em 20 mar. 2015.

LUCA, Tania Regina de. Notas sobre os historiadores e suas fontes. **Revista Eletrônica Métiis**. História e Cultura.UCS, v. 11, n. 21, p. 13-21, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 3ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 132p.

POPKEWITZ, T. S. História do Currículo, Regulação Social e Poder. In: T. T. Silva (org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 173-210.

POPKEWITZ, T. S. Trad. Beatriz Afonso Neves. **Reforma educacional: uma política sociológica: poder e conhecimento em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. A abordagem teórica. In.: **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 8ª. ed. Petrópolis: Vozes, p.19-32, 1986.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. Fatores atuantes na evolução do sistema educacional brasileiro. In.: **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 8ª. ed. Petrópolis: Vozes, p.33-46, 1986.

SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise da prática? In: PÉREZ GÓMEZ, A. I.; SACRISTÁN, J. Gimeno. **Compreender e transformar o ensino**. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000, p. 119-148.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spíndola Silveira Truzzi. **História & Documento e método de pesquisa**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 168 p. – (Coleção História &... reflexões, 10).

SANTA CATARINA. **Ementário da Legislação de Ensino do Estado de Santa Catarina 1835-1979**. 1980. Florianópolis. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101127> acesso em 03 de Julho de 2015

SCHUBRING, G. O primeiro movimento internacional de reforma curricular em Matemática e o papel da Alemanha: um estudo de caso na transmissão de conceitos". In: **Zetetiké**. Campinas, SP: FE/Unicamp. Vol. 7, no. 11, 1999

SILVA, M. D. F ; MENDES, I. A. . A intencionalidade no fazer matemática: um paralelo entre os 'discursos' da história e a Sociologia da Matemática. **Revista Brasileira de História da Matemática**, v. 13, p. 33-53, 2013.

SILVEIRA, Rosângela Kirst. **Orientações da reforma Orestes Guimarães na Escola Normal Catharinense**. Florianópolis: UFSC, 2013. 140f. Dissertação (mestrado em Educação Científica e Tecnológica). Universidade Federal de Santa Catarina.

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

15

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

STRUIK, J. D. Sobre a Sociologia da Matemática. In. **Sociologia da Matemática**. Lisboa: Cadernos de Educação e Matemática. (Org. Grupo TEM), 1998.

VALENTE, Wagner Rodrigues. História da Educação Matemática: interrogações metodológicas. **REVEMAT - Revista Eletrônica de Educação Matemática**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 28 - 49. 2007.

VALENTE, Wagner Rodrigues. História da educação matemática: considerações sobre suas potencialidades na formação do professor de matemática. **BOLEMA**. Boletim de Educação Matemática, vol. 23, núm. 35, 2010.

VALENTE, Wagner Rodrigues. Oito temas sobre História da Educação Matemática. **REMATEC**. Revista de Matemática, Ensino e Cultura (UFRN), v. 8, p. 22-50, 2013.

VALENTE, Wagner Rodrigues. **Cadernos de Trabalho - Elementar**. 1. ed. São Paulo: Livraria e Editora da Física, 2015. v. 1. 51p

VIÑAO, Antonio. Culturas escolares y reformas (sobre la naturaleza histórica de los sistemas e instituciones educativas). **Revista Teias**, v. 1, n. 2, p. 25 pgs., 2007.